



## A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo

## The black presence in Amapá: speeches, tensions and racism

*Elivaldo Serrão Custódio*

Doutorando em Teologia pela Escola Superior de Teologia (Faculdades EST) em São Leopoldo/RS, Brasil. Bolsista da CAPES. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente da Secretaria de Estado de Educação do Amapá (SEED). Editor Associado da Revista *Identidade* da Faculdades EST.

Membro Pesquisador do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP/CNPq), do Grupo de Pesquisa Educação, Relações Étnico-raciais e Interculturais (UNIFAP/CNPq), do Grupo de Pesquisa Currículo, Identidade Religiosa e Práxis Educativa e do Grupo de Pesquisa Identidade (Faculdades EST/CNPq). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

### **Resumo:**

Este texto tem por objetivo discutir sobre a presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. A criação dos territórios federais na Amazônia e a vinda do capitão Janary Gentil Nunes para o Amapá durante o governo de Getúlio Vargas desencadeou ao longo dos anos, uma série de tensões, discursos e processos discriminatórios para a população negra na capital do Amapá. A chegada de Janary Nunes à Macapá, no ano de 1944, provocou uma série de transformações sociais, econômicas, políticas e urbanas, pois o governo estava por consolidar seu projeto de povoar, sanear, educar o território amapaense. Em Macapá, com a abolição dos escravos, os governantes se sentiram incomodados pela cotidiana presença dos negros na capital amapaense e por isso, decidiram transferi-los, segregá-los e excluí-los para a periferia de Macapá. A partir da chegada de padres italianos no Estado, houve um grande movimento repressivo das manifestações culturais africanas. Entretanto, a invisibilidade dos negros no Amapá, não se resume somente aos aspectos físicos. Ela também se manifesta em termos simbólicos. No âmbito educacional, essa invisibilidade ganha corpo e forma nas ausências e critérios do negro nos currículos escolares e nos discursos distantes da prática.

**Palavras-chave:** População negra. Políticas governamentais. Resistência. Racismo. Amapá.

### **Abstract:**

This text aims to discuss about the black presence in Amapá: speeches, tensions and racism. The creation of federal territories in the Amazon and the coming of Captain Janary Gentil Nunes for Amapá during the Getúlio Vargas government unleashed over the years, a number of tensions, speeches and processes discriminate against black people in the capital of Amapá. The arrival of Janary Nunes to Macapá, in 1944, triggered a series of social, economic, political and urban transformations, as the government was to consolidate his project to people, sanitize, educate, the Amapá territory. Macapá, with the abolition of slavery, the rulers felt bothered by the daily presence of blacks in Amapá capital and therefore decided to transfer them, segregate them and delete them to the outskirts of Macapá. From the arrival of Italian of priests in the state, there was a great movement of

repressive African cultural events. However, the invisibility of blacks in Amapá, is not limited only to the physical aspects. It also manifests itself in symbolic terms. In education, this invisibility takes shape and form in the absence of black and criteria in school curricula and in the distant discourses of practice.

**Keywords:** Black population. Government policies. Resistance. Racism. Amapá.

## Introdução

Conhecer os problemas econômicos, educacionais, políticos e sociais que envolvem os negros amapaenses na atualidade, implica conhecer um pouco da história que essa população vivenciou nos séculos XIX e XX, principalmente no período do Estado Novo no governo de Getúlio Vargas (1937-1945). É preciso ainda compreender os discursos dos governos e seus projetos para a população negra daquela época.

Com a criação dos territórios federais na Amazônia e a vinda do capitão Janary Gentil Nunes para o Amapá durante o governo de Getúlio Vargas desencadeou ao longo dos anos, uma série de tensões, discursos e processos discriminatórios para com a população negra na capital do Amapá, pois o governo estava por consolidar seu projeto de povoar, sanear, educar o território amapaense, decidindo assim, transferir, segregar e excluir para a periferia de Macapá toda a população negra que vivia na orla da cidade.

Acreditamos que a presença do negro na formação social do Brasil, em especial no Amapá, foi decisiva para dotar a cultura brasileira rica em diversidade. A presença do negro na formação social é de suma importância para a conceituação, afirmação, valorização e construção da identidade étnica racial brasileira.

O Brasil não é um país de “democracia racial” como pensava o historiador Gilberto Freyre e, apesar da miscigenação ser um fato, a democracia racial é apenas um mito.<sup>1</sup> Não é sem razão que a Constituição Federal (CF) de 1988 coloca a discriminação racial como um crime inafiançável e o negro e a negra precisa de um sistema de cotas para ter uma chance de entrar na universidade.<sup>2</sup>

É certo afirmamos que essa ideologia de “democracia racial” prejudica a situação do negro, pois esta serve mais para disfarçar as práticas racistas brasileiras e banir qualquer tipo de reflexão por parte dos brancos sobre suas responsabilidades que ocasionaram este quadro racista, gerando mais uma vez aos negros a culpabilização de seu estado de vida, tendo que sobreviver com as condições precárias de moradia, saúde, educação e com o desemprego. Dessa forma, o racismo

---

<sup>1</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Schimidt, 1993.

<sup>2</sup> BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

prejudica o negro na construção de uma cidadania, pois este muitas vezes silencia em situações de violência.<sup>3</sup>

Percebemos que o surgimento do racismo atual é um resultado das teorias evolucionistas do século XIX, que influenciaram diversas áreas do conhecimento, como a Biologia e as Ciências Sociais. A conceituação de igualdade entre os homens vai de encontro com a afirmação da existência de uma hierarquia racial entre os homens, denominado de racismo científico. Muniz Sodré ao referir-se ao racismo, aponta a existência de um imaginário racista na sociedade brasileira e afirma ser o imaginário uma categoria importante para entendermos muitas das representações negativas do cidadão negro.<sup>4</sup> Segundo Lilia Katri Moritz Schwarcz, o surgimento do racismo científico no século XIX e seus respectivos desdobramentos na sociedade e na política têm sido muito discutido, e ainda, responsável pela constituição de diversas representações sobre a população negra.<sup>5</sup>

Assim, este texto tem por objetivo discutir sobre a presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. Temos buscado apoio teórico na concepção de memória e história de Walter Benjamin que critica a memória linear, acumulativa e padronizadora que constitui nossa sociedade, buscando privilegiar a memória dos vencidos.<sup>6</sup>

Trata-se do resultado de um estudo exploratório de natureza qualitativa que adotou a pesquisa bibliográfica e a análise documental como forma de investigação. O texto é baseado na Dissertação de Mestrado apresentada no ano de 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), bem como fruto de reflexões construídas a partir de discussões no âmbito do Grupo de Pesquisa Identidade do Doutorado em Teologia (Religião e Educação) da Escola Superior de Teologia (Faculdades EST) em São Leopoldo/RS, Brasil.

É pertinente ressaltamos que uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no I Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino-Americanos (I CI-EHILA) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo-RS. Simpósio Temático 2 - Movimentos migratórios dos séculos XIX e XX e produção literária, no período de 04 a 06 de novembro de 2015, com a temática: História, literatura, deslocamentos.

O texto inicia discursando sobre a política de Governo de Janary Nunes (1943-1970): algumas considerações a cerca de sua história e memória. Em seguida, trata do Marabaixo: símbolo de resistência cultural e religiosa. E por ultimo, aborda sobre o racismo e a intolerância religiosa no espaço escolar.

---

<sup>3</sup> CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 28-30.

<sup>4</sup> SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

## A política de governo de Janary Nunes (1943-1970): algumas considerações a cerca de sua história e memória

A criação dos territórios federais na Amazônia e a vinda do capitão Janary Gentil Nunes<sup>7</sup> para o Amapá durante o governo de Getúlio Vargas desencadeou ao longo dos anos, uma série de tensões, discursos e processos discriminatórios para com a população negra na capital do Amapá. Para Eugenia da Luz Silva Foster, rever a história do negro no Amapá,

[...] Implica num movimento um pouco mais amplo: o da compreensão de alguns aspectos da questão racial na sociedade amapaense, englobando os processos de resgate e ressignificação das memórias dos negros dessa região e da própria história do negro na região amazônica.<sup>8</sup>

Segundo Paulo Dias Morais, os negros africanos chegaram ao Amapá em 1749. Nesta ocasião, os negros vieram fugidos de Belém e fundaram no Rio Anauerapucu um quilombo. Não demorou muito para os/as escravizados/as serem descobertos por caçadores de índios e por isso o quilombo foi abandonado. Ressalta o autor que os negros chegaram ao Amapá oficialmente no ano de 1751 através de Mendonça Furtado, então governador do Maranhão e Grão-Pará.<sup>9</sup>

O governador pretendia colonizar da melhor maneira possível às terras amapaenses por isso importou famílias de colonos portugueses que habitavam a Ilha dos Açores e foi através dessas famílias que muitos escravizados foram trazidos para o Amapá. Em seguida, Macapá recebeu famílias vindas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Maranhão que também trouxeram muitos escravos.

Outro acontecimento foi necessário para a inserção de mais escravizados/as no Amapá: a transferência de 163 famílias portuguesas que foram instaladas na Nova Mazagão e com essas famílias vieram 103 escravos. O referido município de Mazagão fica distante da Capital Macapá, por apenas 2 horas e 30 minutos por via fluvial ou 7 minutos por via aérea.

Segundo Edinaldo Pinheiro Nunes Filho<sup>10</sup>, com o advento das Vilas de Macapá, assim como de Mazagão e Vistosa de Madre de Deus, houve uma migração significativa no século XVIII e os primeiros escravizados/as africanos/as chegaram ao Amapá com o surgimento do Tratado de

---

<sup>7</sup> Através do Decreto-Lei nº 3.839, de 21 de setembro de 1943, foi nomeado para o cargo de Governador do Território do Amapá. Chegou a Macapá no dia 25/01/1944. Janary governou o Amapá por doze anos, entre 1944 e 1956.

<sup>8</sup> FOSTER, Eugénia Luz da Silva. *Racismo e Movimentos Instituintes na Escola*. Niterói: 2004. 398f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, 2004, p. 185. Disponível em <<http://www.bdtd.ndc.uff.br/tdearquivos/2/TDE-2005-03-15T14:39:57Z70/Publico/Parte%201-Tese-Eugenia%20Foster.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

<sup>9</sup> MORAIS, Paulo Dias. *História do Amapá: O passado é o espelho do presente*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009, p. 01-85.

<sup>10</sup> NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In: \_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Org.). *Amazônia, Amapá: Escritos da História*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 227.

Utrecht<sup>11</sup>. Esses africanos vieram de várias regiões do Brasil e das Guianas fugidos da escravidão, sendo que foi através dos ameríndios locais que eles instalaram-se na região Norte e no Amapá formando vários quilombos.

Com a construção da Fortaleza de São José em Macapá, capital do Estado, presença do negro e da negra era constante. De acordo com os estudos de Fernando Rodrigues dos Santos, os registros do ano de 1788, afirmam que cerca de 750 escravos trabalhavam na obra. Como a construção do Forte, iniciado em 1764, estes escravizados/as apresentados no registro, eram remanescentes dos trabalhos da fortificação, pois nos dezoito anos que pereceu a construção do Forte muitos negros e negras foram tratados/as de forma cruel e bruta por aqueles que estavam à frente da construção. O autor ressalta que muitos escravizados/as não aceitavam a escravidão, principalmente por causa dos maus tratos e por isso fugiam para lugares bem distantes.<sup>12</sup>

Cabe lembrarmos neste momento que segundo Eugenia da Luz Silva Foster<sup>13</sup>, a Fortaleza de São José guarda lugares sinistros que confirmam violências e até assassinatos dos negros. Acreditamos que com base em depoimentos orais e alguns escritos<sup>14</sup>, possa ter havido casos em que os senhores por falta de herdeiros tenham deixados seus bens e/ou terras para antigos escravizados/as, como por exemplo, o Quilombo do Curiaú localizado a 08 km do centro do município de Macapá-AP.

A chegada de Janary Nunes à Macapá, no ano de 1944, provocou uma série de transformações sociais, econômicas, políticas e urbanas, pois o governo estava consolidando seu projeto de povoar, sanear, educar. A política adotada tinha como objetivo criar um novo padrão de cidade, ou seja, reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos. Por isso, era necessário promover o remanejamento e a implementação de uma política modernizadora na cidade de Macapá, ou seja, uma nova cidade, uma nova forma de se organizar, pensar e agir.

Em Macapá, com a abolição dos/as escravizados/as, os governantes se sentiram incomodados pela cotidiana presença dos negros na capital amapaense e por isso, decidiram transferi-los, segregá-los e excluí-los para a periferia de Macapá. Atualmente essa periferia é o bairro do Laguinho, onde até hoje moram descendentes dos escravos, os afrodescendentes, que continuaram mantendo uma tradição baseada na cultura africana.

No bairro do Laguinho está localizada a União dos Negros do Amapá (UNA) onde acontecem encontros, oficinas, seminários, palestras, apresentações culturais e artísticas que engrandecem e valorizam a cultura afro-brasileira e a história do povo amapaense. É uma iniciativa que demonstra a capacidade da população negra em resistir à opressão. Segundo Decleoma Lobato Pereira, no Centro de Cultura Negra funcionam e interferem em seu gerenciamento várias

---

<sup>11</sup> O Tratado de Utrecht, assinado em 1713 pela França e por Portugal, estabelecia o Oiapoque como fronteira entre os dois reinos na América do Sul, pelo que o Brasil, como "herdeiro do Império Português", alegava o direito de exercer soberania sobre as terras ao sul daquele curso fluvial.

<sup>12</sup> SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. 5. ed. Macapá: Valcan, 1998, p. 41.

<sup>13</sup> FOSTER, 2004.

<sup>14</sup> Sobre esse assunto, conferir Sebastião Menezes da Silva. Curiaú: resistência de um povo. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2004.

organizações civis como a Federação dos Cultos Afro-Brasileiros, o Movimento Mocambo, entre outros.<sup>15</sup>

Embora muitas vezes criticada por sua atuação que, nem sempre, atende as expectativas de muitos, a UNA desempenha um papel preponderante na reconstrução da identidade do negro amapaense. É também na UNA, que as comunidades afrodescendentes da capital e do interior do Amapá se encontram para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro.

É certo de que o governo de Janary Nunes no Amapá<sup>16</sup> contribuiu de forma significativa para o enfraquecimento da cultura negra no Estado. Em nossa visão, houve no período da década de 1940, em especial na Capital do Estado, o primeiro saneamento étnico do centro da cidade, quando os negros e negras tiveram que deixar suas casas para que fosse viabilizada a construção de conjuntos residenciais para assessores do governo territorial e outros funcionários.

Segundo Alexsara de Souza Maciel, era de se esperar uma reação negativa das pessoas contra o remanejamento. Todavia, aconteceu de forma pacífica, pois não houve por parte dos moradores e das lideranças, resistências aparentemente. Isso só foi possível devido a cooptação das lideranças negras partidárias da política de Janary.<sup>17</sup> Segundo ainda Fernando Canto, a estratégia utilizada por Janary Nunes era de agregar aliados, distribuindo empregos às lideranças negras no Estado, pois usava “de cordialidade para com as famílias tradicionais e os chefes das festas populares”.<sup>18</sup>

Alexsara de Souza Maciel, afirma ainda que essa situação foi tão lamentável que apesar de algumas resistências iniciais (como por exemplo, transferi-los, segregá-los e excluí-los para a periferia de Macapá), o poder de convencimento dos líderes foi tamanho, que os negros não só se conformaram em deixar suas casas e partir para o lugar a eles destinado, como também desenvolver uma espécie de adoração à figura de Janary. A autora declara ainda que após o remanejamento da população e efetuada a construção dos dois bairros, tanto Laguinho quanto Favela (atual Santa Rita) ficaram reconhecidos na cidade como ‘bairros de negros e negras’, sendo identificados desta forma até os dias de hoje.<sup>19</sup>

### **Marabaixo: símbolo de resistência cultural e religiosa**

A partir da chegada dos padres italianos do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) a partir de 1946 no Estado, houve um grande movimento repressivo das manifestações culturais africanas. Esses religiosos por razões preconceituosas encaravam o Marabaixo como

---

<sup>15</sup> PEREIRA, Decléoma Lobato. *Candomblé no Amapá: história, memória, imigração e hibridismo cultural*. Belém: 2008. 229f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, p. 68-69.

<sup>16</sup> Capitão Janary Gentil Nunes nomeado em 29/12/1943 no Rio de Janeiro pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Chegou a Macapá no dia 25/01/1944.

<sup>17</sup> MACIEL, Alexsara de Souza. *Conversa de amarra preto: a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000*. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

<sup>18</sup> CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. 2. ed. Macapá: FUNDECAP, 1998, p. 28.

<sup>19</sup> MACIEL, 2001.

macumba, folclore, ocasião para bebidas, orgias e outras manifestações da influência do diabo, jamais como legítima manifestação religiosa da alma popular.

Segundo Maria do Socorro dos Santos Oliveira, para efetivar ainda mais a repressão do Marabaixo e demais manifestações religiosas africanas e afro brasileiras no ano de 1950 através de uma carta pastoral encaminhada pelo primeiro bispo de Macapá, condenava-se as festas religiosas populares no Estado, assim como aconteceu em muitos lugares no território nacional. E ainda, criou-se um periódico que ratificava as ideias cristãs e condenava todas as demais formas de manifestações religiosas que contrariassem a ética eclesiástica católica.<sup>20</sup>

De acordo com esse contexto e com os estudos do processo histórico do Estado do Amapá, há muito tempo observa-se certa resistência às manifestações do Ciclo do Marabaixo<sup>21</sup> por grande parte da sociedade amapaense. A referida festa é marcada no calendário de eventos religiosos pela reverência e alusão aos santos católicos dividindo-se em dois grandes momentos: o primeiro envolve as ladainhas rezadas em latim popular (marcado pela oralidade), missas, oferendas e promessas. E o segundo é formalizado pelas grandes rodas de dança, regidas ao som da Caixa de Marabaixo.

Destacamos que o Marabaixo é hoje uma manifestação cultural popular afro amapaense, nascendo assim das diferentes etnias que foram transportadas de suas terras de origem para o Brasil. É uma mistura de dança, religiosidade e ancestralidade africana que tem orgulho, determinação e resistência. É ainda, um ritual que compõe várias festas católicas populares em oito comunidades negras da área metropolitana de Macapá e Santana no Estado do Amapá. Em relação ao significado do nome Marabaixo, segundo as pesquisas de Piedade Lino Videira “os depoimentos deixam claro que pouco se sabe a respeito de sua origem, muito embora possa lembrar a penosa travessia dos africanos nas naus escravistas mar – a baixo, daí havendo a aglutinação entre as sílabas e originando-se a palavra Marabaixo”.<sup>22</sup>

Sobre as mudanças ocorridas em Macapá, Alexsara de Souza Maciel, destaca que o longo período de domínio político de Janary Nunes no Amapá, de 1943 a 1970, foi determinante “para introjetar essa ‘divisão étnica’ como natural”.<sup>23</sup> Destacamos que o Marabaixo foi usado no período deste governo e ainda hoje, como símbolo de resistência, indignação e insatisfação da população negra diante das públicas discriminatórias para com a população negra no Estado. Vale ressaltar que a comunidade negra que habitava na frente da cidade de Macapá compartilhava sua fé, alegria e solidariedade nas festas de Marabaixo.

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *Marabaixo: memória y urbanización de un ritual de selva*. Barcelona, BCN, 2012, 286f. Tesis (Doctorado en Antropología Social y Cultural), Universidad de Barcelona, 2012, p. 114.

<sup>21</sup> O Ciclo do Marabaixo tem seu início no sábado da Aleluia em Macapá-AP, no bairro Santa Rita (Marabaixo da Favela) e no domingo se dá no bairro do Laguinho, e segue um calendário próprio que acompanha o calendário litúrgico da Igreja Católica.

<sup>22</sup> VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 99.

<sup>23</sup> MACIEL, 2001, p. 36.

De acordo com Piedade Lino Videira<sup>24</sup>, as religiões de matrizes africanas mais cultuadas em Macapá e no Estado do Amapá é a Umbanda<sup>25</sup>. Segundo Vagner Gonçalves da Silva, as origens da Umbanda remontam ao culto às entidades africanas e ameríndias, aos santos do catolicismo popular<sup>26</sup>, e ainda, a entidades do panteão kardecista.<sup>27</sup>

Por outro lado, em nossas pesquisas de campo no período de 2012 a 2014 por ocasião do mestrado acadêmico<sup>28</sup>, observamos também que o Candomblé<sup>29</sup>, por exemplo, na cidade de Macapá-AP é muito praticado em espaços em conjuntos de outras religiões de matrizes africanas como a Umbanda e a Pajelança<sup>30</sup>, e ainda com o catolicismo popular, assim como de pessoas ligadas ao Marabaixo, ao Batuque e até mesmo ao Espiritismo Kardecista. Percebemos que Festas de Santos, Pajelança, Umbanda, Tambor de Mina<sup>31</sup> e Candomblé acontecem e ocupam o mesmo espaço na maioria das comunidades religiosas amapaenses.

### **Racismo e intolerância religiosa no espaço escolar**

Segundo Eugenia da Luz Silva Foster, a invisibilidade dos negros e negras no Amapá, não se resume somente aos aspectos físicos. Ela também se manifesta em termos simbólicos. A autora acredita que principalmente, no âmbito educacional, essa invisibilidade ganha corpo e forma nas ausências e critérios do negro e negras nos currículos escolares, nos discursos distantes da prática que, via de regra, deixam entrever posições dúbias e até contraditórias, nas atitudes sutis de discriminação racial, ainda que se deva reconhecer os esforços que pretendem dar mais visibilidade aos negros, ainda que essas iniciativas estejam restritas aos aspectos mais específicos das manifestações culturais.<sup>32</sup>

Concordamos com Eugenia da Luz Silva Foster quando afirma que analisar a questão do racismo e a discriminação racial na escola não é tarefa das mais simples. Em virtude da complexidade do problema e das várias tentativas realizadas pela escola para escamotear o

---

<sup>24</sup> VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 316.

<sup>25</sup> A chegada precisa da Umbanda no Amapá é ainda indeterminada. Sabemos, no entanto, que na década de 1950 já existiam adeptos dessa religião trabalhando em Macapá.

<sup>26</sup> Entendido em oposição ao catolicismo oficial, isto é, àquele que é professado pela Igreja como instituição hierárquica estabelecida, que o procura incutir no conjunto da população. Para Maués (1995, p. 17) o catolicismo popular, é “aquele conjunto de crenças e práticas socialmente reconhecidas como católicas, de que partilham sobretudo os não especialistas do sagrado, quer pertençam às classes subalternas ou às classes dominantes”.

<sup>27</sup> SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

<sup>28</sup> CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. *Políticas públicas e direito ambiental cultural: as religiões de matrizes africanas no currículo escolar no Amapá, 2014, 198f*. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

<sup>29</sup> O Candomblé praticado no Amapá, particularmente na capital do Estado, Macapá é recente na região. Sua chegada data da década de 1980, momento em que já se encontravam instaladas há mais tempo, a Umbanda, o Tambor de Mina, e principalmente, a Cura ou Pajelança.

<sup>30</sup> A Pajelança enquanto exercício prático se constitui de rezas, as benzeções, destinadas a casos como quebranto, mau-olhado, perturbação espiritual, que podem ser acompanhadas ou não pela indicação de banhos, chás, defumações.

<sup>31</sup> O Tambor de Mina foi introduzido no Amapá por dona Dulce Moreira, após iniciação realizada em São Luís, no Maranhão. O primeiro toque de Tambor de Mina teria se realizado em Macapá, no Terreiro Santa Bárbara de propriedade dessa senhora, no dia 09 de maio de 1962 (PEREIRA, 2008, p. 127).

<sup>32</sup> FOSTER, 2014, p. 207-208.

problema racial, toda a aproximação ao universo escolar que traga preocupações dessa natureza constitui uma experiência melindrosa e bastante delicada. Abordar um aluno ou professor sobre a questão racial nem sempre é fácil, uma vez que o problema se reveste de um mistério, transformando-se em tabu.<sup>33</sup>

Sobre a intolerância religiosa contra as religiões de matrizes africanas no Amapá, Piedade Lino Videira, em sua pesquisa de doutorado intitulado *Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação*, defendida na Universidade Federal de Fortaleza-CE, nos relata que embora sua pesquisa não estivesse relacionado diretamente ao componente curricular Ensino Religioso (ER), percebeu em alguns momentos que o ER trata-se de um campo de saber complexo porque os professores em sua maioria fazem apologia a suas religiões individuais e os conteúdos que ministram são proselitistas<sup>34</sup> e por isso, marginalizam e demonizam as religiões de matrizes africanas.<sup>35</sup>

Concordamos com Piedade Lino Videira, quando declara que embora o esfacelamento da cultura negra no Estado do Amapá esteja atrelado a diversos fatores - apesar das resistências do movimento negro local - a inclusão da cultura afro amapaense no currículo da educação básica deve ter atenção especial, não somente no conteúdo programático, mas, sobretudo, dentro projeto político pedagógico das escolas, com a efetiva participação e diálogo entre professores (as), corpo técnico-pedagógico, gestão, educandos e seus familiares para a consecução desse projeto de formação coletiva construído com a ajuda de várias mãos.<sup>36</sup>

É interessante observamos que segundo dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, na história do Brasil nunca o número de pessoas que se declaravam negras e pardas era maior do que as que se declaravam brancas: 50,7% de um total de 190.732.694 pessoas. Esses dados demonstraram-nos que o conjunto de pessoas que se declararam como negras e pardas<sup>37</sup>, passou de 44,7% da população em 2000, para 50,7%, em 2010.<sup>38</sup>

O Censo de 2010 ainda demonstrou que a grande maioria da população negra está concentrada na Região Norte e Nordeste. No caso do Amapá, com uma população de 668.689

---

<sup>33</sup> FOSTER, Eugénia Luz da Silva. 500 anos de racismo na sociedade e na escola: do silêncio à palavra. In: \_\_\_\_\_. V Congresso de Ciências Humanas, letras e artes - Humanidades, Universidade e Democracia, 28 a 31 de agosto de 2001, Ouro-Preto, MG. *Caderno de resumos*, 2001, p. 68-69. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms02.htm>>. Acesso em: 29 out. 2011.

<sup>34</sup> Por proselitismo entendemos as expressões de dogmatismo que resultam em discriminação social, cultural ou religiosa. O proselitismo parte da certeza de uma verdade única no campo religioso e ignora a diversidade.

<sup>35</sup> VIDEIRA, 2013.

<sup>36</sup> VIDEIRA, 2013, p. 34.

<sup>37</sup> O termo “negro” engloba as categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE para classificar a população brasileira. Entretanto, usaremos também o conceito de afro-brasileiro, mencionado na Constituição de 1988 para designar a população negra brasileira.

<sup>38</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiaoCenso2000.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religiao\\_Deficiencia/tab1\\_4.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

habitantes, as etnias estão assim distribuídas: brancos/as (21,4%), negros/as (4,5%), pardos/as (74,4%) e indígenas (0,8%). Entretanto, entendemos que esses dados estatísticos sobre a presença do negro e da negra no Amapá são contundentes ao evidenciarem a “invisibilidade” deste segmento populacional, pois de um contingente de mais de 600.000 habitantes no ano de 2010, somente 4,5% se autodeclararam negros.<sup>39</sup>

Acreditamos que esses números precisam ser lidos a contrapelo, como nos sugere Walter Benjamin, pois só assim, podemos fugir de análises e soluções simplistas e superficiais no que diz respeito à questão racial no Brasil, em especial no Amapá.<sup>40</sup> Percebemos que esses dados revelam que a população amapaense se declarou negra ou parda, é bastante expressivo, considerando-se assim, um aumento de consciência, já que o critério usado pela pesquisa do Censo é a autodeclaração.

Acreditamos que a presença do negro e da negra na formação social do Brasil foi decisiva para dotar a cultura brasileira dum patrimônio mágico-religioso, pois entendemos que os cultos trazidos pelos africanos e africanas deram origem a uma variedade de manifestações que aqui encontraram conformação específica através de uma multiplicidade sincrética que resultou do encontro das matrizes negras com o catolicismo do branco, bem como do encontro das religiões indígenas e posteriormente com o espiritismo kardecista.<sup>41</sup>

Conforme Erisvaldo Pereira dos Santos, embora exista no Brasil um vasto repertório de códigos socioculturais e educativos da população afrodescendente, ainda são poucos os pesquisadores do campo da educação que realizam investigações sobre a referida temática.<sup>42</sup> Embora a liberdade de consciência e de crença seja um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão existente na CF de 1988 (Art. 5º - inciso VI), bem como o livre exercício dos cultos religiosos, os organismos de implementação de políticas educacionais continuam desconsiderando a existência de religiões de matrizes africanas (RMA) no território nacional.

As RMA sempre foram vistas pela sociedade branca dominante de forma estereotipada. Inicialmente como feitiçaria e manifestação demoníaca, depois como prática criminosa e finalmente como índice de patologia psíquica, de doença mental. Para Eric Williams, a escravidão não nasceu do racismo; ao contrário, o racismo moderno é consequência da escravidão. Embora esta visão ainda hoje seja vista assim por muitos. Entretanto, acreditamos que foi o racismo que deu sustentação à escravidão.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> BRASIL, 2000, 2010.

<sup>40</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>41</sup> PRANDI, Reginaldo. *Raça e Religião*. Novos Estudos CEBRAP, nº 42, julho de 1995, p. 113-129.

<sup>42</sup> SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância. In: \_\_\_\_\_. *Anais da 28ª Reunião da ANPED*. GT Afro-Brasileiros e Educação, p. 01-17. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt21241int.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt21241int.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

<sup>43</sup> WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Tradução de Denise Bottmann. Prefácio Rafael de Bivar Marquese. — 1. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 34.

Infelizmente o Brasil vive uma situação singular, pois a discriminação pautada na cor e o racismo são uma realidade inegável como apontam os estudos de Eliane Cavaleiro<sup>44</sup>, Eugenia da Luz Silva Foster<sup>45</sup>, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes<sup>46</sup>, entre outros/as. Sobre o racismo na escola, Florestan Fernandes afirma que “a escola brasileira não está preparada para corrigir as deficiências funcionais da família e, muito menos para lidar com os desajustamentos reais ou potenciais das minorias raciais, étnicas e raciais”.<sup>47</sup>

Nesse sentido, a eliminação do racismo é uma responsabilidade também da escola e deve estar incluída em seus objetivos. Mas, é um desafio a ser enfrentado e que esbarra em uma série de dificuldades, em nível educacional como, por exemplo, a bagagem racista que os/as docentes carregam como fruto de sua própria formação, a omissão em relação ao problema, entre outros.

De um modo em geral, o que entendemos com toda essa problematização é que o Brasil precisa avançar em muito na discussão sobre a liberdade religiosa e o tratamento igualitário entre todas as matrizes religiosas existentes no Brasil. E neste cenário, a intolerância religiosa é considerada, atualmente, umas das questões mais difíceis de serem enfrentadas pelos/as docentes, pelas escolas e inclusive pelo espaço universitário, cuja ausência de tolerância viola a dignidade da pessoa humana, resguardada pela Declaração dos Direitos Humanos<sup>48</sup> (base da luta universal contra a opressão, a discriminação e o racismo e que defende a igualdade entre as pessoas).<sup>49</sup>

### Considerações finais

Sabemos que a missão de educar sem discriminar não tem sido um trabalho fácil, pois muitos preconceitos e estereótipos ainda estão muito enraizados dentro de nós mesmos, devido anos e anos de alienação que nos foram impostas. Infelizmente, ainda sofremos da deficiência de políticas de ações afirmativas eficazes que implicam no acesso igualitário e uma educação de qualidade a todos/as.

No entanto, precisamos assumir um compromisso com a inclusão social e tentar contribuir para a formulação de políticas públicas, que permitam, pelo menos em um futuro próximo, tornar as políticas educacionais voltadas à valorização do patrimônio cultural imaterial, políticas com alcances sociais mais amplos, tornando-se espaços de inclusão e cidadania.

---

<sup>44</sup> CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

<sup>45</sup> FOSTER, Eugénia Luz da Silva. *Garimpando pistas para desmontar racismos e potencializar Movimentos Instituintes na Escola*. Curitiba-PR: Appris, 2015.

<sup>46</sup> MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender); MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999, p. 17-110.

<sup>47</sup> FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*, volume 1. São Paulo: Globo, 2008, p. 246.

<sup>48</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - (UNESCO). *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

<sup>49</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). É um documento que marcou a história dos direitos humanos, elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo.

Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos. Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros e negras.

Observamos que o preconceito está inserido na sociedade brasileira através do cotidiano dos indivíduos, sendo altamente prejudicial para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho e etc.) quanto nos meios de comunicação. O preconceito é um fator importante para a expansão da discriminação étnica, visto que um indivíduo preconceituoso racialmente, não aceita de maneira positiva o contato com negros e negras na vida social.

Encerramos esta discussão, indicando e/ou apontando algumas medidas bem como ações que podem ser adotadas como políticas públicas para a diversidade cultural e religiosa no país e em especial no Estado do Amapá: a) Participação real dos representantes religiosos de demais religiões não judaico-cristãs na elaboração de um currículo escolar e conteúdos programáticos que atendam as necessidades da comunidade escolar; b) Participação das escolas (gestores, docentes, comunidade, profissionais da educação, etc.), na elaboração de estratégias para a superação de preconceitos e discriminações no cotidiano escolar, norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; c) O Estado do Amapá em parcerias com outras instituições públicas e/ou privadas poderia viabilizar a promoção e a participação de grupos do Movimento Negro e de grupos culturais negros/as, no espaço escolar e na sociedade em geral; d) Formação específica sobre a diversidade cultural, com destaque para a educação religiosa, educação patrimonial e educação para as relações raciais, entre outros.

Somos conhecedores que a qualificação de docentes para trabalhar a educação para as relações raciais é um grande desafio à educação no país, porque precisa envolver princípios, orientações e práticas para a desconstrução de estereótipos de raça, etnia, sexo e religião. Entretanto, acreditamos que a formação continuada de professores/as para a educação das relações raciais deva atender aos princípios que norteiam uma educação antirracista, de reconhecimento e valorização da população negra.

## Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em:

<[http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988\\_30.06.2004/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_30.06.2004/CON1988.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2011.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiaoCenso2000.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religiao\\_Deficiencia/tab1\\_4.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2012.

CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. 2. ed. Macapá: FUNDECAP, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: \_\_\_\_\_. CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. *Políticas públicas e direito ambiental cultural: as religiões de matrizes africanas no currículo escolar no Amapá*, 2014, 198f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*, volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

FOSTER, Eugénia Luz da Silva. 500 anos de racismo na sociedade e na escola: do silêncio à palavra. In: \_\_\_\_\_. V Congresso de Ciências Humanas, letras e artes - Humanidades, Universidade e Democracia, 28 a 31 de agosto de 2001, Ouro-Preto, MG. *Caderno de resumos*, 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms02.htm>>. Acesso em: 29 out. 2011.

FOSTER, Eugénia Luz da Silva. *Racismo e Movimentos Instituintes na Escola*. Niterói: 2004. 398f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.btd.ndc.uff.br/tdearquivos/2/TDE-2005-03-15T14:39:57Z70/Publico/Parte%201-Tese-Eugenia%20Foster.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

FOSTER, Eugénia Luz da Silva. *Garimpando pistas para desmontar racismos e potencializar Movimentos Instituintes na Escola*. Curitiba-PR: Appris, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Schimidt, 1993.

MACIEL, Alexsara de Souza. *Conversa de amarra preto: a trajetória histórica da União dos Negros do Amapá: 1986-2000*. Campinas: 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1995.

MORAIS, Paulo Dias. *História do Amapá: O passado é o espelho do presente*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006 (Coleção para entender).

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In: \_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (Org.). *Amazônia, Amapá: Escritos da História*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 211-234.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. *Marabaixo: memoria y urbanización de un ritual de selva*. Barcelona, BCN, 2012, 286f. Tesis (Doctorado en Antropología Social y Cultural), Universidad de Barcelona, 2012.

PEREIRA, Decleoma Lobato. *Candomblé no Amapá: história, memória, imigração e hibridismo cultural*. Belém: 2008. 229f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

PRANDI, Reginaldo. *Raça e Religião*. Novos Estudos CEBRAP, nº 42, julho de 1995, p. 113-129.

SANTOS. Erisvaldo Pereira dos. A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância. In: \_\_\_\_\_. *Anais da 28ª Reunião da ANPED*. GT Afro-Brasileiros e Educação. Caxambu: ANPED, 2005, p. 01-17. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt21241int.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt21241int.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. 5. ed. Macapá: Valcan, 1998, p. 07-83.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Sebastião Menezes da. *Curiaú: resistência de um povo*. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2004.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - (UNESCO). *Declaração universal dos direitos humanos*. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Marabaixo, dança afrodescendente*: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques, folias e ladainhas*: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Tradução de Denise Bottmann. Prefácio Rafael de Bivar Marquese. — 1. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.